

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.737 - SP (2019/0012648-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FABIO DOS REIS SANTOS
ADVOGADO : ERICO LAFRANCHI CAMARGO CHAVES E OUTRO(S) - SP240354
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por FABIO DOS REIS SANTOS, em 17/12/2018, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. BACEN JUD.

1. A jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento, inclusive no âmbito de julgamento de recurso repetitivo, no sentido de que, a partir de 20.01.2007 (data da entrada em vigor da Lei n. 11.382/2006), o bloqueio de ativos pelo BACENJUD tem primazia sobre os demais meios de garantia do crédito, não sendo mais exigível o prévio esgotamento das diligências para encontrar outros bens penhoráveis, aplicando-se os arts. 835 e 854 do CPC, c.c. art. 185-A do CTN e art.11 da Lei 6.830/80.
2. Nos termos do artigo 833, inciso IV, do Código de Processo Civil, são absolutamente impenhoráveis: os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2o.
3. A constrição foi postulada após a vigência da Lei 11.382/2006, de modo que é factível a on line utilização da sistemática do Bacenjud sem a necessidade de prévio esgotamento das diligências na busca de outros bens, em consonância com o recente entendimento pacificado pelo C. STJ no AgRg no REsp 1425055/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, julgado em 20/02/2014, DJe 27/02/2014.
4. De acordo com os documentos apresentados, não revela com exatidão que o valor bloqueado está resguardado sob o manto da impenhorabilidade.
5. Agravo de instrumento improvido" (fls. 96/97e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação ao art. 833, IV e § 2º, do

CPC/2015, sustentando o seguinte:

"A Recorrente ingressou nos supramencionados autos com petição em que alega a insubsistência das penhoras efetuadas, sob o fundamento de que os créditos objetos da constrição recaiu em quantia oriunda de verba de natureza salarial.

Todavia, o v. acórdão recorrido decidiu o quanto segue:

(...)

Em face da iniquidade da decisão ora vergastada, alternativa não socorreu à Recorrente, senão a interposição do presente remédio recursal, com vistas à anulação do ato jurídico em espécie, invalidando de pronto o ato de penhora efetivada dos autos do processo nº 0005451-06.2012.8.26.0157, que tramita no Anexo Fiscal da Comarca de Cubatão/SP.

É a síntese do necessário.

A despeito do decidido pelo e. Tribunal a quo, impenhorável é o bem que, embora integre o patrimônio do devedor e/ou do responsável pelo débito, está imune à regra da responsabilidade patrimonial, pois, por força de lei, inviolável é a sua constrição judicial em processo executivo (penhora).

Pois bem, o art. 833, I a XII do CPC, estatuiu o beneficium competentia, ou seja, a impenhorabilidade processual absoluta dos bens ali enumerados. É norma de ordem pública, das quais as partes não podem dispor, pouco importando haja a própria executada os oferecido. Portanto, os direitos da Recorrente, provenientes de reclamação trabalhista, são absolutamente impenhoráveis, pois decorrem de remuneração e/ou salário a qualquer título.

Quando a norma processual estatuiu a impossibilidade de penhora de verbas salariais, não estabeleceu tratamento diferenciado em razão do valor auferido a título de remuneração, razão pela qual jamais poderia ter sido rejeitada a declaração de impenhorabilidade sob o singelo argumento de que 'há grande movimentação' em conta corrente do Recorrente.

Até porque, diferentemente do que aduziu o magistrado a quo, os valores depositados em sua conta referem-se precisamente aos valores líquidos das remunerações recebidas a título de salários, e constam sempre ou sob a rubrica 'Trans. Sal p/c/c', ou sob a rubrica 'Receb Pagfor Cia Brasileira de Soluções e Ser', o que permite identificar com facilidade a origem dos depósitos em conta corrente do Recorrente e sua respectiva natureza salarial e consequente caráter alimentar.

A 'grande movimentação' referida no v. acórdão a quo se refere, de fato, ao valor do salário percebido pelo Recorrente; no entanto, é imperioso esclarecer que as remunerações recebidas e os respectivos depósitos em conta corrente não ultrapassam o teto de 50 (cinquenta)

salários mínimos a que se refere o §2º. do art. 833 do Código de Processo Civil, logo, permanecem albergadas sob o manto da impenhorabilidade aludida no art. 833, IV, do referido codex.

Desse modo, qualquer que seja a verba salarial, independentemente da movimentação apurada, incide a regra da impenhorabilidade trazida pela lei adjetiva, eis que objetivo da norma insculpida no artigo alhures referido destina-se a proteger o trabalhador e sua família.

A respeito da inviabilidade da penhora de verbas de natureza salarial, já decidiu esta e. Corte em sentido favorável à tese esposada pelo Recorrente, confira:

(...)

Nesse contexto, data venta, é que se entende descabida a penhora de ativos financeiros depositados em conta corrente de titularidade do Recorrente, por força da impenhorabilidade imposta pelo artigo 833, IV, observado o limite preconizado no art. 833, §22., ambos do Código de Processo Civil.

Dessa forma, deve ser reconhecida a impenhorabilidade dos ativos financeiros constrictos nos autos do processo nº 0005451-06.2012.8.26.0157, que tramita no Anexo Fiscal da Comarca de Cubatão/SP, por ser medida da mais insofismável e hialina JUSTIÇA" (fls. 109/113e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial para que "seja determinada o cancelamento da penhora efetivada nos autos do processo nº 0005451-06.2012.8.26.0157, que tramita no Anexo Fiscal da Comarca de Cubatão/SP" (fl. 114e).

Sem contrarrazões, foi inadmitido o Recurso Especial (fls. 118/119e), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 120/124e).

Contraminuta a fls. 127/130e.

A irresignação não merece conhecimento.

Com efeito, o entendimento jurisprudencial desta Corte veda a penhora de valores relativos à verba de natureza alimentar.

No entanto, no caso dos autos, o Tribunal de origem, ao analisar a questão, entendeu que, "de acordo com os documentos apresentados, não revela com exatidão que o valor bloqueado está resguardado sob o manto da impenhorabilidade" (fl. 96e), tendo em vista que "há grande movimentação em sua conta corrente, em valores muito superiores ao salário percebido. Demais disso, a impenhorabilidade se refere, exclusivamente, ao salário e no caso em tela diversos depósitos foram realizados na referida conta, sem prova de sua origem. Sem falar que o bloqueio se deu em 10/05/2017 (fls. 22) e o salário do respectivo mês foi depositado somente em 15/05/2017 (fls. 42), portanto, posteriormente à restrição" (fl. 96e).

Destarte, o reexame quanto à natureza da verba ensejaria a incursão nos elementos fático-probatórios da demanda, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA ELETRÔNICA (ON-LINE). SISTEMA BACENJUD. PESSOA JURÍDICA. **VERBA BLOQUEADA. NATUREZA ALIMENTAR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REVISÃO. REEXAME FÁTICO. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ.**

(...)

2. **Na hipótese, não há como rever a conclusão do tribunal local, que entendeu pela penhorabilidade do dinheiro depositado, sem esbarrar no óbice da Súmula nº 7/STJ.**

(...)

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.293.242/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 15/10/2018).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. **CONTA-CORRENTE. PENHORA. SÚMULA Nº 7/STJ.**

(...)

3. **Verificar a origem dos valores depositados na conta bancária do agravado, se de verbas trabalhistas ou não, demanda o reexame do acervo fático-probatório dos autos, nos termos da Súmula nº 7/STJ.**

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.186.609/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 02/04/2018).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. **BLOQUEIO DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTA DO EXECUTADO. NATUREZA SALARIAL NÃO COMPROVADA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de ser inviável a penhora, ainda que parcial, de valores recebidos a título de salário, dada a natureza alimentar de tais verbas.

2. **O Tribunal a quo, analisado o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que não ficou comprovado pelo recorrente que os valores depositados em sua conta-corrente, os quais foram objeto de penhora, são verba de natureza salarial.**

3. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.035.207/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 14/06/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. **PENHORA DE ATIVOS FINANCEIROS. ALEGAÇÃO DE QUE OS VALORES DEPOSITADOS EM CONTA BANCÁRIA DE TITULARIDADE DE PESSOA JURÍDICA SÃO IMPENHORÁVEIS. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DA MATÉRIA DE FATO.**

1. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.638.766/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/05/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...). **CONTAS BANCÁRIAS. BLOQUEIO JUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE VALORES. NÃO COMPROVAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 07/STJ.**

(...)

III - *In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, que consignou que a Agravante não comprovou a impenhorabilidade dos valores nas contas bancárias, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07/STJ.

(...)

V - Agravo Regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 713.740/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 04/09/2015).

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. CONFISSÃO DE DÍVIDA. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. **BLOQUEIO DE CONTA BANCÁRIA - BACENJUD. PLEITO PARA QUE REAVALIE A NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO**

STJ. PRECEDENTES.

1. O Tribunal a quo, com base no acervo probatório, concluiu que os executados não obtiveram êxito em comprovar que a conta bancária bloqueada se destinava totalmente ao recebimento de verba alimentar, não caracterizando a impenhorabilidade alegada (art. 649, IV, do CPC). Entendimento diverso por meio do especial demandaria o revolvimento do acervo probatório.
2. Os executados não apresentaram argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado. Incidência da Súmula nº 7 do STJ.
3. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 569.486/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 14/04/2015).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora